



CIES e-Working Paper N.º 127/2012

**Tem crescido e aparecido... Breve incursão pela
emergência da sociologia da infância em Portugal**

Marta Almeida Carreira

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Marta Almeida Carreira é licenciada em Ciência Política (ISCSP – UTL) e mestre em Desenvolvimento, Diversidade Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão (ISCTE – IUL) e pós-graduada em Proteção de Crianças em perigo e intervenção local (ISCSP – UTL). Atualmente é doutoranda de Sociologia no ISCTE-IUL e bolseira de doutoramento no CIES-IUL. Tem como principais interesses de investigação a sociologia da infância, crianças e jovens em risco, família, ONGs, pobreza e exclusão social.

Resumo

Este *paper* surge na sequência do trabalho elaborado em 2006 para a avaliação na unidade curricular de Investigação Sociológica em Portugal, do programa de doutoramento em Sociologia. Se à época considerámos pertinente percorrer os meandros da sociologia da infância em Portugal, hoje, decorridos estes anos, apercebemo-nos de que foi essencial aquele começo, dado que passou de mero interesse pessoal a interesse académico e profissional. Que instituições e investigadores foram pioneiros no campo em Portugal, quais os protagonistas, que temas trataram e com que metodologias, foram perguntas que nos assaltaram na altura, durante a pesquisa. Assim, este *working paper* apresenta-se dividido em três pontos: instituições e equipas; temas predominantes; e metodologias.

Palavras-chave: infância, sociologia portuguesa, centros de investigação.

Abstract

This working paper emerges following the work completed in 2006 for evaluation in the course module of Sociological Research in Portugal, part of the doctoral program in Sociology. If considered pertinent at the time to go through the intricacies of the sociology of childhood in our country, today, after these years, I have presently come to realize how essential that initial stage was as it evolved from a mere personal interest into an academic and professional pursuit. Which institutions and researchers have been pioneers in the field in Portugal? Who were the leading figures? What topics were dealt with and what methodologies were used? Thus, this working paper has been divided into three sections: institutions and teams; predominant topics; and methodologies.

Key-words: childhood, Portuguese sociology, research centres.

Introdução

A sociologia da infância é um campo que tem vindo progressivamente a emergir no domínio da investigação sociológica a nível internacional e, mais recentemente, em Portugal. No mundo académico demorou algum tempo até que a infância fosse institucionalmente reconhecida como um campo a estudar pelas ciências sociais, embora algumas disciplinas, como a antropologia, a psicologia, a educação e mais recentemente a sociologia, tenham vindo a contribuir para o ponto a que chegámos hoje. A infância, na sua vertente tradicional – enquanto fase da vida, natural e universal, e as crianças como entidades biopsicológicas, objetos passivos de socialização numa ordem social adulta –, tem vindo a ser desconstruída, mostrando um novo paradigma. Em 1990, James e Prout apresentaram algumas perspetivas teóricas e metodológicas que se tornaram referências para os que se debruçam sobre esta questão a partir da perspetiva sociológica. Prova disso é que muitos investigadores as citam (Sarmiento, 2000; Tomás, 2000; Soares, 2005; Trevisan, 2006; Almeida, 2009), referindo o seguinte: a infância é uma construção social; a infância é uma variável de análise social que só pode ser compreendida enquanto relacionada com outras variáveis como o género, a classe social ou a etnia; a cultura e as relações estabelecidas na infância devem ser estudadas em si mesmas, independentemente da perspetiva dos adultos; as crianças são seres ativos na construção e determinação das suas vidas sociais e das dos que as rodeiam; uma das metodologias mais adequadas para estudar a infância é a etnografia, por permitir captar uma voz mais direta das crianças, facilitando a sua participação na produção de dados sociológicos; por último, a infância é um fenómeno relacionado com a dupla hermenêutica das ciências sociais. Portanto, este é um paradigma que “implica reconstruir a infância na sociedade, exigindo um trabalho multidisciplinar e de transformação de práticas profissionais que se coadunem com esta nova visão da criança” (Trevisan, 2006: 38).

Em Portugal, esta mudança de perspetiva relativamente à infância tem vindo a emergir de forma notória, sendo importante identificarmos os fatores que contribuíram para este surgimento. Desde logo a construção do debate teórico da sociologia ter conduzido a um progressivo regresso ao ator e às novas questões da individualidade na contemporaneidade. O ator-criança, capaz, autónomo, produtor de sentido e significado do seu mundo torna-se evidente. Por outro lado, e como salienta Almeida (2000: 14), “a crescente procura de conhecimento social sobre a infância, sobretudo por parte do poder

político, contribuiu para reforçar o seu peso na agenda da investigação”. A nível demográfico encontramos uma diminuição abrupta da taxa de fecundidade, logo um menor número de crianças, inversamente proporcional ao cuidado e à preocupação com as mesmas. Claro que se considerarmos, paralelamente a isto, que as estruturas sociais estão cada vez mais envelhecidas, consequência do aumento da esperança média de vida, que conduz à convivência de várias gerações, existindo quatro avós, dois pais e um filho, notamos que a criança se torna um bem raro, cada vez mais cuidado e simultaneamente mais estudado. Não é inócuo o facto deste cuidado e do aprofundado estudo das crianças surgir na sequência da maior visibilidade social de casos de maus tratos, abusos sexuais, trabalho infantil, enfim, situações que põem em perigo o mundo da infância, já de si numericamente reduzido. Para além deste aspeto, também o aumento da taxa de divórcio e dos processos de recomposição familiar vêm dar à criança um papel central na mediação e dinamização entre (novos) familiares, e portanto também na investigação. Não esqueçamos ainda o facto de o laço parental perdurar para além do laço conjugal, realçando na investigação sociológica da infância o primeiro em detrimento do segundo. Esta fragmentação dos laços pode levar a que os adultos depositem agora na criança a esperança da moralização do laço social. Por último não devemos esquecer que atualmente se é criança durante mais tempo, pelo que estudar a infância tem vindo a tornar-se uma necessidade premente, de modo a compreendê-la enquanto categoria “historicamente construída, culturalmente localizada e sujeita a permanentes redefinições que fazem variar o lugar e significado das crianças na sociedade” (Ferreira e Rocha, 2009: 234).

Os campos vizinhos da sociologia da infância, e que acabaram por estar na sua génese – a sociologia da família e a sociologia da educação –, mostram-se assim capazes de “deixar” um objeto de estudo que, embora em diferentes perspetivas, consideravam seu. A sociologia da família ajudou a alimentar o movimento da sociologia da infância. Por exemplo, nos rearranjos familiares que trouxeram novas problemáticas a este ator-criança, também é visível que a família, “pela sua representação moderna, surge indissociavelmente ligada a uma nova ordem de valores sobre a especificidade, o lugar e o tempo da infância” (Almeida, 2000: 15). Por seu lado, também a sociologia da educação contribui para este crescimento, ultrapassando a típica importância dada aos processos de socialização que viam a criança enquanto objeto passivo destes processos, neste caso a nível escolar. Não se trata agora de estudar

a criança como objeto incluído no meio familiar ou no meio escolar, trata-se, sobretudo, de a estudar em si mesma, com perspectivas teóricas e metodologias próprias.

Assim, nasceram dissertações de mestrado e teses de doutoramento, artigos em revistas científicas, comunicações em congressos, livros e coletâneas de textos produzidos no âmbito de projetos. Embora progressivo, tem havido um esforço na divulgação do campo e até um incentivo à sua expansão, sendo interessante notar o intercâmbio e as parcerias na pesquisa e consequente redação de artigos por investigadores de diferentes centros e laboratórios, de norte a sul do país.

Neste *paper* não se pretende apresentar exaustivamente todos os que têm contribuído para a emergência e o aprofundamento da sociologia da infância, mas apenas apontar alguns dos investigadores e trabalhos pioneiros em Portugal sobre o tema numa lógica geográfica. Assim, depois de uma breve passagem pelas instituições e pelos protagonistas, avançamos pelos temas que mais se destacaram, alguns dos quais continuam hoje a ser estudados, finalizando com as metodologias privilegiadas pelos sociólogos para estudar a infância.

Instituições e equipas

Entre as instituições que mais se destacaram neste domínio sociológico, baseando-nos quer numa lógica geográfica quer cronológica, é de salientar o atual Instituto de Educação¹ (IE) da Universidade do Minho, onde têm sido lecionados mestrados em Sociologia da Infância e doutoramentos em Estudos da Criança desde há vários anos. Muitas têm sido as publicações desta universidade sobre a temática, algumas decorrentes da atribuição de graus académicos e outras como as coletâneas coordenadas por Manuel Jacinto Sarmiento, com Manuel Pinto: em 1997, *As Crianças: Contextos e Identidades*, seguida, dois anos depois, por *Saberes sobre as Crianças: Para Uma Bibliografia sobre a Infância e as Crianças em Portugal (1974-1998)*, pioneiras no campo em Portugal. Se a primeira procurou introduzir a infância no seu aspeto mais vasto, como construção social, focando não só os direitos da criança bem como alguns aspetos do seu quotidiano, como a escola e as atividades lúdicas, a segunda veio abordar a infância numa perspetiva transversal a várias áreas da sociedade, desde a justiça aos

¹ Resultado da fusão do Instituto de Estudos da Criança com a componente de educação do Instituto de Educação e Psicologia.

media, às políticas sociais, passando pelo trabalho e pelo desenvolvimento social. Outra coletânea de artigos organizada por Manuel Sarmiento, conjuntamente com Ana Beatriz Cerisara, é o livro *Crianças e Miúdos: Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e da Educação*, publicado em 2004. Este é o resultado do encontro de investigadores portugueses e brasileiros, sobretudo do domínio da educação, tentando resgatar a criança como ator social concreto, no “mundo em que elas possam viver de forma digna, como seres humanos capazes, competentes e ativos” (Sarmiento e outros, 2004: 7). Foi também na Universidade do Minho que surgiu a iniciativa de organizar o Congresso Internacional “Os Mundos Sociais e Culturais da Infância” logo no início do século, sendo desbravador deste inicial mas já profícuo caminho.

Neste início português, a socióloga Catarina Tomás defende, em 2000, a tese de mestrado sobre o direito de audição de crianças num centro educativo, uma instituição sob a tutela do Ministério da Justiça. Mais tarde, já no doutoramento, em 2007, defende a tese *Há Muitos Mundos no Mundo... Direitos das Crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças: Diálogos entre Crianças de Portugal e Brasil*, que publica em livro quatro anos depois. O objetivo central do estudo era escutar e interpretar “os discursos das crianças sobre os seus direitos e as representações que têm sobre si, sobre as outras crianças, sobre os direitos da criança e sobre o mundo” (Tomás, 2007a: iv). Tanto num como noutro trabalho académico, é central o direito à participação nas decisões que dizem respeito à criança,² defendendo-a como sujeito de direitos, interessado, participativo e influenciador. Publica ainda na revista *Infância e Juventude*, da antiga Direção-Geral de Reinserção Social, em 2007, o artigo “Convenção dos Direitos das Crianças: reflexões críticas”, aqui de forma mais abrangente, discorrendo sobre como “a Convenção dos Direitos da Criança, associada à globalização, teve efeitos importantes nas sociedades contemporâneas” (Tomás, 2007b: 123). Participa em vários congressos da Associação Portuguesa de Sociologia, focando este mesmo tema da participação e da cidadania das crianças.

Também Natália Fernandes Soares incidiu o seu estudo nas questões da participação das crianças nos seus mundos sociais, derivando daí várias comunicações e vários artigos sobre o tema, culminando na sua tese de doutoramento em 2005, intitulada *Infância e Direitos: participação das crianças nos contextos de vida* –

² Artigos 12.º e 13.º da Convenção sobre os Direitos da Criança.

representações, práticas e poderes, posteriormente publicada sob o título: *Infância, Direitos e Participação: Representações, Práticas e Poderes*. Entre vários objetivos, a investigadora pretendia perceber quais as representações das crianças do seu direito à participação, tendo concluído que, “apesar de vivido no presente, só adquire significado no futuro” (Soares, 2005: 454).

Uma outra protagonista foi Manuela Ferreira, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Esta autora defendeu em 1995 a tese de mestrado, a qual origina o livro *Salvar Corpos, Forjar a Razão: Contributo para Uma Análise Crítica da Criança e da Infância como Construção Social*, publicado em 2000 pelo Instituto de Inovação Educacional. Esta obra alerta os espíritos mais distraídos para a problemática da invisibilidade da infância, corroborando as palavras de outros ao referir que “quer a sociologia da família, quer a sociologia da educação, por muito importantes que sejam, ao constituírem-se campos institucionais distintos têm negligenciado e perdido de vista os meandros nos quais se movem as crianças destas idades, tornando invisível uma realidade humana global e específica” (Ferreira, 2000: 14). A autora também salienta o facto de a sociologia da infância não poder ser concebida independentemente da sociologia da família e da educação, visto ser em ambas as instituições que a vida das crianças se articula, mas chama a atenção para a necessidade de acentuar as ações das crianças e não as instituições, valorizando-as enquanto atores naqueles processos de socialização (*idem*). Fica aqui mais uma vez expressa a relação de proximidade destes dois campos da sociologia com a infância, como aliás já observámos.

Em 2004, Manuela Ferreira publica o estudo que resultou da sua pesquisa para o doutoramento: “*A gente gosta é de brincar com os outros meninos!*” *Relações Sociais entre Crianças num Jardim-de-Infância*. Este trabalho constitui um estudo etnográfico descritivo do quotidiano de dezoito crianças num jardim-de-infância, mostrando-as como atores sociais ativos, envolvidos numa integração dual: no mundo adulto e num mundo de crianças. A autora analisa as principais rotinas, rituais e *performances* comunicativas, numa tentativa de compreender como a reinterpretação e a apropriação do contexto institucional participam na (re)produção da cultura de pares e nos processos de transição de conjunto a grupo socialmente organizado. É interessante notar que, apesar de não ser socióloga, mas licenciada em Educação de Infância e com mestrado e doutoramento em Ciências da Educação, a investigadora veio dar um contributo

fundamental para o avanço da disciplina, apresentando o seu trabalho em vários congressos portugueses de sociologia.

Desta autora devemos ainda lembrar um artigo que, embora publicado em 2009, resultou de uma investigação desenvolvida entre 1995 e 2005 sobre as crianças, a infância e a sua educação. O artigo expõe alguns resultados do estudo, apontando para “as temáticas formuladas pela investigação, as metodologias utilizadas, tomando ainda em consideração as instituições universitárias onde esta produção [académica] se localiza e a sua articulação com os campos disciplinares da sociologia onde o saber produzido se ancora” (Ferreira e Rocha, 2009: 232). As autoras fizeram um resumo da produção académica nacional, pesquisando apenas os trabalhos *online* com as palavras “crianças”, “infância” e “educação”, restringindo-se às ciências sociais. Se até 2000 encontraram poucas referências na sociologia sobre a infância – comparativamente, por exemplo, às ciências da educação e à psicologia – a partir desse ano aumentou exponencialmente o número de publicações na área da sociologia da infância.

Mais a sul, no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), no ISCTE, vários investigadores debruçaram-se sobre a sociologia da infância. Desde cedo, Sílvia Saramago estudou as questões da infância, e no início da década de 90 publica um artigo na revista *Sociologia, Problemas e Práticas* sobre as identidades da infância, em que também pioneiramente teve a “intenção de contribuir para a abertura de um espaço, no contexto da sociologia, para o desenvolvimento da análise da infância como grupo social particular e da criança como ator social específico” (Saramago, 1994: 151). Em 2005 defende a tese de doutoramento *O Protagonismo das Crianças*, concedendo “visibilidade às perspetivas das crianças, nos seus aspetos de especificidade, criatividade e autonomia” (Saramago, 2005: 372) pelo método interventivo utilizado na pesquisa empírica. A autora considera este protagonismo das crianças referente às suas competências para intervir contínua, ativa e pertinentemente na construção das representações e práticas sociais. A autora publicou alguns artigos na revista do mesmo centro de investigação, e noutras publicações, sobre a mesma temática, apresentando simultaneamente comunicações em eventos científicos, levando assim a bandeira da sociologia da infância adiante.

Também no CIES, João Sebastião trouxe igualmente visibilidade às questões da infância na esfera sociológica, focando-se no estudo das crianças de rua: *Crianças de Rua: Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa*, 1998. Tem também publicado

artigos em revistas científicas, nas quais, partindo de uma análise geral da situação da infância e expondo algumas razões por que o fenómeno da infância é atualmente tão contraditório, acaba por desembocar nas questões da delinquência juvenil e das crianças de rua.

Ainda no CIES, Anália Torres, depois de muitos anos a investigar e a escrever sobre a família, a conjugalidade e o divórcio – não necessariamente por esta ordem – coordena em 2008 o *Estudo de Avaliação e Diagnóstico das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*. Solicitado pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, este estudo veio dar uma visibilidade renovada à questão das crianças e dos jovens em risco, sobretudo na sua componente institucional. “Tendo como principal objetivo a produção de conhecimento com vista a melhorar a eficácia do trabalho das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), o estudo dirigiu-se tanto à sua atividade, como aos contextos em que elas se desenvolvem” (Torres e outros, 2008: 5). Para além da construção de uma tipologia dos diferentes tipos de CPCJ, o estudo permitiu identificar boas e más práticas, aferir alguns dos problemas transversais a todas elas, identificar os olhares das entidades externas sobre as CPCJ e ainda analisar a formação específica dada aos técnicos que integram aquelas comissões.

Igualmente pioneiro foi o Instituto de Ciências Sociais (ICS) onde a socióloga da família, e posteriormente também assumidamente da infância, Ana Nunes de Almeida impulsionou o longo caminho que aqui temos vindo a traçar retrospectivamente. Quando em 1989 a Assembleia da República solicitou ao Centro de Estudos Judiciários a realização de um estudo a nível nacional sobre os maus tratos, foi o ICS que o executou cientificamente, sob a coordenação da referida investigadora, revelando dados inesperados. O objetivo era construir “uma tipologia de formas de abuso e negligência, caracterizadas não só pela consistência interna de traços diretamente associados ao mau trato, como também pela sua relação com os contextos sociais de pertença da família da criança” (Almeida e outros 2001: 17). Através de um inquérito por questionário a nível nacional aos profissionais da infância (da educação, saúde e serviço social), as autoras consideram que os dados obtidos traduzem o olhar da comunidade em que a criança se insere, mas também o olhar dos profissionais e das instituições de infância. Foram identificados nove tipos de maus tratos, “tipologia esta que se revelou consistente do ponto de vista interno (quanto às dimensões constitutivas dos maus tratos), como ficaram demonstradas as relações privilegiadas de cada uma das modalidades obtidas

com indicadores de contexto, relativos à pertença sociofamiliar da criança” (Almeida, 2009: 91). A autora publicou, e continua a publicar, artigos em várias revistas científicas sobre a sociologia da infância, tendo inclusivamente um livro intitulado *Para Uma Sociologia da Infância: Jogos de Olhares, Pistas para a Investigação*, que tem como ponto de partida o texto submetido pela professora às provas públicas de habilitação em 2007. Nesta obra é feita uma retrospectiva das principais abordagens que fizeram emergir a sociologia da infância, a nível internacional e nacional, deixando simultaneamente algumas pistas, como a própria as designa, para investigações futuras.

Investigadora no ICS, Cristina Ponte, embora não sendo socióloga, socorreu-se da sociologia da infância para enquadrar alguns dos seus trabalhos, dando simultaneamente um contributo para a visibilidade da mesma. Na obra *Crianças em Notícia*, de 2005, resultado da sua tese de doutoramento, descreve a construção social da criança pela sociologia, entre outras áreas do saber. A obra faz, aliás, um breve resumo de alguns estudos sobre a infância em Portugal, considerados fundamentais para enquadrar a construção da infância na sociedade portuguesa.

Ainda no Sul, a investigadora Maria João Leote de Carvalho chamou a atenção para as questões da infância no Centro de Estudos de Sociologia (CESNOVA) da Universidade Nova de Lisboa. Desde o desvio e criminalidade em *Entre as Malhas do Desvio: Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências* (2003), ao trabalho infantil em “Piores formas de trabalho infantil: percursos de vida e contextos de intervenção” (2008), à formação parental e famílias de risco em *Crianças e Jovens em Risco: A Família no Centro da Intervenção* (2011), a investigadora tem colocado a preocupação com a infância no centro da sua pesquisa. Recentemente, esta investigadora participou também como consultora no *Guia de Orientações para os Profissionais da Educação na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou Outras Situações de Perigo*, da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

Deve ser feita aqui uma ressalva importante sobre os protagonistas que contribuíram para esta grande visibilidade da infância enquanto construção social. Muitos outros investigadores participaram neste notório progresso, mas não cabe aqui enumerar todos, dado não só o limite extensivo do trabalho como também a delimitação académica à sociologia a que me propus. Ainda assim, podemos citar Iturra (2002) e a sua pesquisa antropológica da educação e da criança; Amélia Bastos (1999) com os estudos sobre a pobreza infantil; Teresa Seabra (1999); Karin Wall e Cristina Lobo

(2000) ao estudar a criança no contexto familiar; e ainda Vanessa Cunha (2006) sobre o lugar dos filhos na família, entre outros.

Temas predominantes

Relativamente aos temas mais estudados pela sociologia da infância portuguesa, perspectivámo-los no que referimos anteriormente. De uma forma geral, a disciplina tem vindo a desenvolver-se em torno de quatro eixos de pesquisa: a construção social da infância; a participação/cidadania; os contextos da vida diária; e as infâncias caracterizadas pelas situações de perigo.

O primeiro leva-nos à explicação teórica da criança enquanto ator social, competente e ativo, e da infância enquanto construção social. Nestes trabalhos denota-se uma dupla tentativa de consciencialização: as crianças enquanto sujeitos de direitos participativos e os adultos enquanto promotores da necessidade de incentivar e construir espaços de cidadania das crianças (Trevisan, 2006). Os estudos de Sarmiento e Pinto (1997 e 1999) e Tomás (2006) são disto exemplo.

O segundo eixo – participação/cidadania –, intimamente relacionado com o anterior, mostra-nos a criança dotada de agência no espaço público, na comunidade (Soares, 2005). A criança é considerada um ator social, competente e capaz de interpretar os outros, a si própria e a sociedade, além de usar os papéis que a ordem social (adulta) lhe prescreve ou espera dela, conseguindo ainda ser protagonista de outras agendas (Ferreira e Rocha, 2009).

O terceiro aborda os papéis da criança na família, na escola, nos grupos de pares (Ferreira, 2000, e Saramago, 2005). Neste tema também se incluem as pesquisas sobre a utilização das novas tecnologias pelas crianças, sobretudo dos *media* e da Internet como o de Pinto e Pereira (1999). Estes últimos estudos trazem a novidade da criança da pós-modernidade: “A criança consumidora e utilizadora competente e ativa do computador, das novas tecnologias multimédia; a criança viajante do ciberespaço, das redes digitais desterritorializadas” (Almeida, 2000: 25).

Por último, os contextos de risco trazem-nos o lado mais obscuro da vida familiar (Sebastião, 1998, Almeida, 2000, e Torres, 2008). O estudo destes contextos torna-se particularmente urgente porquanto Portugal é um dos primeiros países a ratificar a Convenção dos Direitos da Criança, em 1990, e ainda assim continuam a coexistir

situações gritantes de maus tratos físicos, pobreza infantil, exploração do trabalho infantil, abandono escolar, contradizendo os direitos consagrados na Convenção.

Metodologias

Devemos referir como último ponto as metodologias mais frequentemente usadas na sociologia da infância. À primeira vista, e antes de avançarmos, poderíamos ser levados a destringir os estudos da sociologia da infância em dois tipos: os estudos *com* crianças e os estudos *sobre* crianças. Nos primeiros encontraríamos sobretudo o método etnográfico – conforme James e Prout (1990) assinalaram ao descrever o paradigma da investigação sociológica da infância –, a pesquisa qualitativa, descritiva, dando voz às crianças, mantendo-se o investigador numa posição observante e interpretativa. As crianças são estudadas nos seus contextos locais – a casa, o recreio, a escola, o quintal, a ocupação dos tempos livres. Aqui poderíamos incluir os estudos de Manuela Ferreira (2004) e de Sílvia Saramago (2005). Aliás, é interessante remetermo-nos à especificidade dos estudos destas duas autoras, pela novidade que trazem: as entrevistas-conversas com crianças. A entrevista-conversa é uma técnica tanto desafiadora quanto difícil, aliciante e intensa. Na sua preparação, levantam-se preocupações adicionais para o seu correto desenvolvimento, a sua aplicação e posterior análise. As entrevistas-conversas são orientadas por grandes blocos temáticos, que comunicam entre si, e que possibilitam a deambulação pelos temas lógica e pertinentemente (Saramago, 2000; Gandra, 2004). Os temas que compõem o bloco temático inicial, o tema central e os temas adjacentes têm de ser expostos à criança de forma atrativa e que lhe diga alguma coisa, sob pena de a criança querer terminar a conversa o mais depressa possível pelo desinteresse provocado. Podemos ainda distinguir, como faz Saramago (2000), diferentes modalidades destas entrevistas-conversas: a entrevista-conversa singular (com apenas uma criança); a entrevista-conversa relacional (com duas ou três crianças); e a entrevista-conversa de grupo (com um grupo de crianças, em número não superior a cinco). De notar que o tipo de entrevista-conversa não se define necessariamente pelo número de participantes, mas antes pela relação entre eles. Por exemplo, a vários irmãos que mantenham entre si relações de interação importantes para os objetivos do estudo, será feita uma entrevista-conversa relacional e não de grupo.

Já no segundo tipo de estudos, e considerando que são estudos sobre representações da infância, recorrer-se-ia a uma metodologia de inquérito ou de entrevistas a informantes privilegiados, como é o caso do estudo coordenado por Ana Nunes de Almeida e outros (2001). Alguns destes estudos incluiriam igualmente entrevistas estruturadas, em profundidade.

No entanto, temos de acautelar o facto de muitos dos estudos sobre crianças incluírem igualmente a voz das crianças, a sua participação ativa e construção da pesquisa empírica. Afinal, quem melhor do que elas para falar delas mesmas e do que lhes diz respeito?

Conclusão

Se no ano curricular do doutoramento considerámos pertinente percorrer os meandros da sociologia da infância em Portugal, hoje, decorridos alguns anos, apercebemo-nos de que foi essencial aquele começo, dado que passou de mero interesse pessoal a interesse académico e profissional. As leituras permanentes, as conversas em eventos científicos, a constante escuta de comunicações e a observação de *posters*, levam-nos a constatar a plena expansão do campo no país, como ficou atrás exposto.

A família e a escola serviram, como vimos, de janela pela qual se vislumbraram transformações estratégicas no campo da infância (Almeida, 2000), mas hoje a infância é estudada por si, e não apenas como objeto incluso noutros domínios sociológicos. Trazer a infância para o campo da sociologia implicou, e continuará a implicar, construí-la e desafiá-la com problemas, enfrentá-la com perguntas. Por isto, as certezas e os pontos de vista adquiridos são postos em causa, as fronteiras e os conteúdos disciplinares estabelecidos sofrem perturbações. As teorias e os conceitos revigoram-se, estimulando-se a construção de outros indicadores (Almeida, 2000). A sociologia da infância veio para ficar, dando assim um contributo inigualável para colocar a criança no centro da pesquisa e o estudo sobre ela como informante privilegiado para a elaboração de políticas públicas de apoio à família, à parentalidade, à criação de espaços/cidades amigos das crianças, entre outros que lhes digam respeito.

Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes de (2000), “A sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes”, *Fórum Sociológico*, 3/4, pp. 11-32.
- Almeida, Ana Nunes de (2009), *Para Uma Sociologia da Infância: Jogos de Olhares, Pistas para a Investigação*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, Ana Nunes de, Isabel André e Helena Almeida (2001), *Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal*, Lisboa, Assembleia da República.
- Bastos, Amélia (1999), *Pobreza Infantil: Ensaio de Conceptualização e Medição com Aplicação a Uma Zona Urbana em Portugal*, tese de doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Carvalho, Maria João Leote (2003), *Entre as Malhas do Desvio: Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências*, Lisboa, Celta Editora.
- Carvalho, Maria João Leote (2009), “Piores Formas de Trabalho Infantil: Percursos de Vida e Contextos de Intervenção”, em Lisboa, Manuel (coord.) *Infância Interrompida. Caracterização das Atividades Desenvolvidas Pelas Crianças e Jovens em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, pp 117-159.
- Carvalho, Maria João Leote et al (coord) (2011) *Crianças e Jovens em Risco - A Família no Centro da Intervenção*, Cascais, Princípia.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2011), *Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças. Guia de orientações para os profissionais de educação na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*, Lisboa.
- Cunha, Vanessa (2006), *O Lugar dos Filhos: Ideias, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferreira, Manuela, e Cristina Rocha (2009), “Olhares da sociologia sobre a infância, as crianças e a sua educação na produção académica nacional (1995-2005): balanço crítico e contributos da sociologia da infância”, *Actas do Encontro SocEd2009*, Lisboa, pp. 232 – 243.
- Ferreira, Manuela (2004), “*A gente gosta é de brincar com os outros meninos!*” *Relações Sociais entre Crianças num Jardim-de-Infância*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- Ferreira, Manuela (2000), *Salvar Corpos, Forjar a Razão: Contributo para Uma Análise Crítica da Criança e da Infância como Construção Social em Portugal (1880-1940)*, coleção Memórias da Educação, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

- Gandra, Florbela (2004), “Os (novos) problemas sociais da infância: uma aproximação sociológica”, *Actas do V Congresso Português de Sociologia*, Braga, pp.9 – 17, consultado a 20 de Março de 2012 em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628eb28f1b3c_1.pdf
- Iturra, Raúl, (2002), *A Epistemologia da Infância – Ensaio de Antropologia da Educação em “Crescer e Aparecer” ou... para uma sociologia da infância*, Educação, Sociedade & Culturas, Porto, Edições Afrontamento, pp.135 – 153.
- Pinto, M., Pereira, S. (1999), “As crianças e os media: discursos, percursos e silêncios”, em Manuel Pinto e Manuel Sarmiento (orgs.), *As crianças: contextos e identidades*, Braga, Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, pp. 109 – 124.
- Ponte, Cristina (2005), *Crianças em Notícia: A Construção da Infância pelo Discurso Jornalístico, 1970-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Prout, Alan, e Allison James (1990), “A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems”, em Alan Prout e Allison James (orgs.) *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*, Londres, The Falmer Press, pp. 7-31.
- Saramago, Sílvia (2005), *O Protagonismo das Crianças*, tese de doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Saramago, Sílvia (2000), “Contributos para uma sociologia da infância: aspectos conceptuais e metodológicos”, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, consultado a 20 de Março de 2012, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e0ab82711e_1.PDF.
- Saramago, Sílvia (1994), “As identidades da infância”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 151-171.
- Sarmiento, Manuel (2004), “As culturas da infância nas encruzilhadas da Segunda Modernidade”, em M. Sarmiento e A. Cerisara, *Crianças e Miúdos: Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação*, Porto, Edições Asa, pp. 9 – 34.
- Sarmiento, Manuel (2008), “Sociologia da infância: correntes e confluências”, Sarmiento, Manuel e Maria Cristina Soares de Gouvea (orgs), *Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais*, Petrópolis, Editora Vozes, pp. 17 – 39.
- Sarmiento, Manuel (2000), *Sociologia da Infância: Correntes, problemáticas e controvérsias. Sociedade e Cultura. Cadernos do Noroeste. Série Sociologia. Vol. 13 (2)*, pp. 145-164.

- Sarmento, Manuel e Manuel Pinto (orgs.) (1999), *Saberes sobre as Crianças: Para Uma Bibliografia sobre a Infância e as Crianças em Portugal (1974-1998)*, Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança.
- Sarmento, Manuel e Manuel Pinto (orgs.) (1997), *As Crianças: Contextos e Identidades*, Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança.
- Seabra, Teresa (1999), *Educação nas Famílias: Etnicidade e Classes Sociais*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Sebastião, João (1998), *Crianças de Rua: Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.
- Soares, Natália (2009), *Infância e Direitos. Representações, Práticas e Poderes*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- Soares, Natália (2005), *Infância e Direitos: participação das crianças nos contextos de vida – representações, práticas e poderes*, Tese de doutoramento, Braga, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Tomás, Catarina (2011), *Há Muitos Mundos no Mundo: Cosmopolitismo, Participação e Direitos da Criança*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- Tomás, Catarina (2007a), *Há Muitos Mundos no Mundo... Direitos das Crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças: Diálogos entre Crianças de Portugal e Brasil*, tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança.
- Tomás, Catarina (2000), *Ter e não Deter o Direito de Audição: Um Estudo de Caso no Colégio de S. Fiel*, tese de mestrado, Coimbra, Faculdade de Economia.
- Tomás, Catarina (2007b), “Convenção dos Direitos das Crianças: reflexões críticas”, *Infância e Juventude*, 4, pp. 121 – 145.
- Torres, A., e outros (2008), *Estudo de Avaliação e Diagnóstico das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*, Lisboa, CIES – ISCTE.
- Trevisan, Gabriela de Pina (2006), *Afectos e Amores entre Crianças: A Construção de Sentimentos na Interação de Pares*, tese de mestrado, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança.
- Wall, Karin e Cristina Lobo (2000), “Famílias monoparentais em Portugal”, *Análise Social*, 150, pp. 123-146.